

## **ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: O PAPEL DO AMBIENTE FÍSICO E DO LAYOUT PARA PCDS**

**ACCESSIBILITY AND INCLUSION: THE ROLE OF THE PHYSICAL ENVIRONMENT AND LAYOUT FOR PEOPLE WITH DISABILITIES**

**ACCESIBILIDAD E INCLUSIÓN: EL PAPEL DEL ENTORNO FÍSICO Y LA DISTRIBUCIÓN PARA LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-288>

**Data de submissão:** 24/11/2025

**Data de publicação:** 24/12/2025

**Rodrigo Antonio Rodrigues Alves**

Doutor em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social

Instituição: Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ)

E-mail: rodrigo.alves@iffarroupilha.edu.br

**Claudia Maria Prudêncio de Mera**

Doutora em Desenvolvimento Rural

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade de Cruz

Alta (UNICRUZ)

E-mail: cmera@unicruz.edu.br

### **RESUMO**

Este estudo aborda os desafios de mobilidade e acessibilidade enfrentados pelas pessoas com deficiência (PcDs), destacando a importância de ambientes físicos e layouts adequados para garantir a inclusão social dessa população. A pesquisa tem como objetivo compreender como a criação de ambientes acessíveis pode contribuir para a mobilidade e inclusão das PcDs, contextualizando os diferentes tipos de deficiência e suas implicações. Para tanto, foi adotada uma metodologia bibliográfica, com análise de livros, artigos científicos, teses e dissertações, complementada por uma abordagem qualitativa, que busca entender as realidades subjetivas relacionadas ao tema. O referencial teórico baseia-se em conceitos de acessibilidade e mobilidade e nas diretrizes legais, como a Lei 10.098/2000, que definem a pessoa com deficiência e sua inclusão na sociedade. A pesquisa também destaca os desafios enfrentados pelas PcDs devido à falta de infraestrutura adaptada e ao desconhecimento social sobre as normas de acessibilidade. Espera-se que os resultados forneçam subsídios para o desenvolvimento de soluções que promovam ambientes mais inclusivos, contribuindo para a autonomia e participação plena das PcDs na sociedade.

**Palavras-chave:** Ambiente Físico. Acessibilidade. Inclusão. Pessoas com Deficiência.

### **ABSTRACT**

This study addresses the mobility and accessibility challenges faced by people with disabilities (PwDs), highlighting the importance of appropriate physical environments and layouts to ensure their social inclusion. The research aims to understand how creating accessible environments can contribute to the mobility and inclusion of PwDs, contextualizing the different types of disabilities and their implications. To this end, a bibliographic methodology was adopted, analyzing books, scientific articles, theses, and dissertations, complemented by a qualitative approach that seeks to understand the subjective realities related to the topic. The theoretical framework is based on concepts

of accessibility and mobility and legal guidelines, such as Law 10.098/2000, which define people with disabilities and their inclusion in society. The research also highlights the challenges faced by PwDs due to the lack of adapted infrastructure and social ignorance about accessibility standards. The results are expected to provide support for the development of solutions that promote more inclusive environments, contributing to the autonomy and full participation of PwDs in society.

**Keywords:** Physical Environment. Accessibility. Inclusion. People with Disabilities.

## **RESUMEN**

Este estudio aborda los desafíos de movilidad y accesibilidad que enfrentan las personas con discapacidad (PcD), destacando la importancia de entornos físicos y diseños adecuados para garantizar la inclusión social de esta población. La investigación busca comprender cómo la creación de entornos accesibles puede contribuir a la movilidad e inclusión de las PcD, contextualizando los diferentes tipos de discapacidad y sus implicaciones. Para ello, se adoptó una metodología bibliográfica, con análisis de libros, artículos científicos, tesis y disertaciones, complementada con un enfoque cualitativo que busca comprender las realidades subjetivas relacionadas con el tema. El marco teórico se basa en los conceptos de accesibilidad y movilidad, así como en las directrices legales, como la Ley 10.098/2000, que define a la persona con discapacidad y su inclusión en la sociedad. La investigación también destaca los desafíos que enfrentan las PcD debido a la falta de infraestructura adaptada y al desconocimiento social sobre las normas de accesibilidad. Se espera que los resultados apoyen el desarrollo de soluciones que promuevan entornos más inclusivos, contribuyendo a la autonomía y la plena participación de las PcD en la sociedad.

**Palabras clave:** Entorno Físico. Accesibilidad. Inclusión. Personas con Discapacidad.

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei 10.098 de 2000, a pessoa com deficiência é aquela que apresenta impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, quando interagem com barreiras externas, dificultam sua plena participação em diversas atividades sociais (BRASIL, 2000).

Esse conceito, embora definido legalmente, continua a se transformar e ampliar, ganhando uma abordagem multidimensional que não se limita apenas às questões biológicas, mas também considera as barreiras físicas e sociais, além das possibilidades facilitadoras presentes no ambiente (MAIOR, 2017).

Nesse contexto, o ambiente físico e o layout de espaços têm papel essencial na garantia da inclusão. A criação de ambientes acessíveis, tanto em espaços públicos quanto privados, visa superar as barreiras que ainda limitam a mobilidade e a participação ativa das PCDs. A infraestrutura urbana, por exemplo, deve considerar as especificidades de cada deficiência, favorecendo a mobilidade e a acessibilidade (CAMBIAGHI; CARLETTTO, 2008).

Para tanto, é necessário que projetos de infraestrutura e construção considerem as necessidades dessa população, incorporando políticas públicas e estratégias que assegurem a adequação desses ambientes para todos (FREGOLENTE, 2008). Desta forma, a presente pesquisa tem como questão norteadora a seguinte indagação: como se dá o processo de criação de ambientes físicos e o layout para promover a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência?

A fim de responder essa indagação, determinou-se como objetivo geral desta pesquisa compreender como a criação de ambientes físicos e a organização de layouts podem contribuir para a acessibilidade e inclusão das PCDs.

Já os objetivos específicos estão centralizados em: Contextualizar a pessoa com deficiência, apresentando diferentes tipos de deficiência e suas implicações para a mobilidade e acessibilidade; Explicar o conceito de mobilidade e acessibilidade, destacando sua importância na criação de ambientes inclusivos; Apresentar os principais desafios enfrentados pelas PCDs relacionados à acessibilidade em espaços públicos e privados.

A justificativa para esta pesquisa reside na crescente necessidade de garantir a inclusão social de pessoas com deficiência, considerando que essas pessoas enfrentam barreiras estruturais que limitam sua autonomia e participação plena na sociedade (WHO, 2020).

Sendo assim, a adequação do ambiente físico é um dos principais fatores que pode facilitar ou dificultar essa inclusão, e compreender como o layout e a infraestrutura influenciam a mobilidade e o acesso das PCDs é fundamental para o desenvolvimento de soluções mais eficazes.

Este trabalho organiza-se da seguinte forma: a introdução, com observações gerais sobre esta pesquisa; a fundamentação teórica com suas subdivisões, assim como: A pessoa com deficiência e alguns tipos de deficiência; Conceito de mobilidade e acessibilidade; alguns desafios de mobilidade e acessibilidade enfrentados por essa população e, por fim, as considerações finais para esta pesquisa. Por fim, espera-se que este estudo possa apresentar aspectos relevantes sobre o tema, bem como orientar as pessoas a conhecerem mais sobre as necessidades dessas pessoas com deficiência física a fim de auxiliarem quando necessário.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem bibliográfica ou de revisão de literatura, uma vez que se baseia em material já publicado e devidamente elaborado, constituindo-se como um estudo de natureza qualitativa e exploratória. De acordo com Gil (2002, p. 17), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais como livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos legais, os quais fornecem a base teórica e conceitual necessária para a compreensão do problema investigado.

O objetivo central deste método é reunir, analisar e interpretar contribuições teóricas já consolidadas, permitindo uma visão abrangente e crítica sobre o tema em questão. Para tanto, foram selecionadas fontes diversificadas, incluindo legislação brasileira – como a Lei nº 10.098/2000 e o Decreto nº 5.296/2004 –, além de publicações de organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), e obras de autores reconhecidos na área de acessibilidade, inclusão e mobilidade urbana.

A pesquisa também adota uma abordagem qualitativa, conforme preconizado por Minayo (2012, p. 21), uma vez que se preocupa com a compreensão aprofundada de realidades subjetivas e contextos sociais, indo além da quantificação de dados. Dessa forma, buscou-se não apenas descrever, mas também interpretar e contextualizar as informações coletadas, com o intuito de identificar desafios, avanços e perspectivas relacionadas à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

O processo de coleta de dados incluiu as seguintes etapas:

1. Seleção de fontes: foram priorizados materiais publicados entre 2000 e 2024, com ênfase em estudos nacionais e internacionais que abordam acessibilidade, desenho universal, mobilidade urbana e políticas públicas de inclusão.
2. Análise documental: examinaram-se documentos normativos e relatórios técnicos que regulamentam a acessibilidade no Brasil e no contexto internacional.

3. Análise temática: os conteúdos foram organizados em eixos temáticos, como: conceito de deficiência, mobilidade, acessibilidade, barreiras arquitetônicas e urbanísticas, e marcos legais.

Vale ressaltar que, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, não houve coleta de dados empíricos ou intervenção em campo. Todo o embasamento foi construído a partir da literatura especializada, permitindo uma análise crítica e reflexiva sobre o tema. Por fim, destaca-se que a pesquisa seguiu os preceitos éticos acadêmicos, com a devida referência a todos os autores e obras citadas, assegurando a originalidade e o rigor científico do trabalho

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A definição e compreensão das deficiências são temas que evoluíram ao longo do tempo, e a forma como a sociedade enxerga essas condições reflete o entendimento acerca das necessidades e direitos das pessoas com deficiência (PcD). O Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelece a seguinte definição:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009, p. 01).

Esse conceito reforça que a deficiência não é uma característica intrínseca ao indivíduo, mas sim o resultado da interação entre os impedimentos e as barreiras presentes no ambiente social. Ou seja, são as dificuldades impostas pela sociedade e o meio em que o indivíduo vive que, muitas vezes, potencializam as limitações da pessoa com deficiência (MAIA, 2013).

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) da Organização Mundial da Saúde (OMS) categoriza os problemas de funcionalidade humana em três áreas inter-relacionadas: alterações das estruturas e funções corporais; limitações das atividades; e restrições à participação em determinadas atividades (WHO, 2011). A deficiência, então, é entendida como as dificuldades enfrentadas em uma ou mais dessas três áreas. A CIF oferece uma visão mais ampla da deficiência, ao invés de focar exclusivamente nas limitações biológicas ou físicas, reconhecendo as barreiras sociais e ambientais como elementos cruciais para o processo de inclusão. A deficiência pode ser vista sob diferentes perspectivas, como aponta Mitra (2006), que enfatiza os múltiplos

enfoques para a definição e análise das condições de deficiência. Assim, diversos modelos teóricos têm sido propostos para compreender a deficiência de forma mais abrangente

O modelo mais adotado internacionalmente, e utilizado pela OMS, é o da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Esta classificação proporciona uma linguagem comum e padronizada para descrever os domínios da saúde humana, e agrupa as diversas condições de saúde sob os termos de "funcionalidade", que engloba todas as funções do corpo, atividades e participação, e "incapacidade", que se refere à presença de deficiências, limitações de atividades e restrições na participação do indivíduo (OMS, 2008).

Nesse contexto, Brault (2012) propõe uma categorização dos tipos de deficiência em três domínios fundamentais: comunicativo, mental e físico. Essas categorias abrangem uma gama de condições que impactam diretamente as atividades diárias dos indivíduos, mas que podem ser mitigadas ou tratadas com intervenções específicas, como tecnologias assistivas e adaptações ambientais.

A deficiência comunicativa abrange dificuldades relacionadas à fala, à linguagem e à comunicação em geral, que podem afetar a interação do indivíduo com os outros. A deficiência mental (ou cognitiva) refere-se a limitações no funcionamento intelectual e no processamento de informações, o que pode impactar na aprendizagem, memória e tomada de decisões. Por fim, a deficiência física engloba uma variedade de condições que afetam a mobilidade e o uso de diferentes partes do corpo, podendo ser parciais ou totais. (BRAULT ,2012)

No Brasil, o Decreto nº 5.296, de 2004, classifica as deficiências em cinco tipos principais: deficiência física, auditiva, visual, mental (atualmente considerada intelectual ou função cognitiva) e múltipla. A deficiência física é caracterizada pela perda total ou parcial de uma ou mais funções do corpo humano, podendo afetar membros, órgãos ou sistemas. A deficiência auditiva envolve a perda parcial ou total da audição, o que pode afetar a comunicação do indivíduo e exigir o uso de aparelhos auditivos ou outros recursos. A deficiência visual refere-se à perda da visão, seja parcial ou total, e pode ser corrigida ou adaptada com o uso de tecnologias assistivas, como leitores de tela e braile. A deficiência mental (ou intelectual) está relacionada a limitações nas capacidades cognitivas e intelectuais do indivíduo, o que pode impactar sua aprendizagem e desempenho em tarefas cotidianas.

A deficiência múltipla, por sua vez, abrange indivíduos que apresentam mais de uma deficiência, combinando, por exemplo, uma deficiência física com uma deficiência cognitiva ou sensorial. As deficiências também podem ser classificadas conforme a sua natureza, sendo temporárias ou permanentes. As deficiências temporárias são aquelas que ocorrem por um período específico, como uma lesão ou doença que limita temporariamente as funções do corpo. Com

tratamento ou recuperação, o indivíduo pode retornar à sua condição anterior. Já as deficiências permanentes representam limitações duradouras, que, embora possam ser tratadas ou mitigadas com terapias ou intervenções, continuarão a afetar o indivíduo ao longo da vida (AMIRALIAN et al., 2000).

O uso da terminologia "pessoa com deficiência" tem sido amplamente adotado, uma vez que a intenção é afastar o foco da limitação e, em vez disso, conscientizar sobre a ausência de habilidades que restrinjam a execução de determinadas tarefas (APA, 2019). Esse termo visa humanizar a deficiência, reconhecendo a pessoa em sua totalidade e não apenas pelas suas dificuldades. A ideia é destacar as capacidades do indivíduo e não suas limitações.

Dessa forma, a classificação das deficiências é um processo, que envolve não apenas os aspectos médicos ou biológicos, mas também o impacto social, psicológico e cultural das condições de deficiência. Pois, cada tipo de deficiência exige uma abordagem específica, que considere as necessidades do indivíduo e as barreiras presentes no ambiente.

O entendimento das diferentes categorias de deficiência é fundamental para a criação de políticas públicas, estratégias de inclusão e para o desenvolvimento de soluções tecnológicas e arquitetônicas que favoreçam a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade. Ocampo *et al.* (2022), explicam que mobilidade e acessibilidade são conceitos fundamentais para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas ou mentais, possam usufruir dos espaços urbanos de maneira plena e igualitária.

No contexto da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde a mobilidade é descrita como a capacidade de uma pessoa se deslocar em diferentes ambientes, considerando suas limitações e as possibilidades de participação social (WHO, 2008). Este conceito vai além da simples locomoção física, incluindo a capacidade de um indivíduo interagir e participar das atividades sociais e cotidianas de forma independente, sem que barreiras externas interfiram nesse processo. Em outras palavras, a mobilidade não se refere apenas à habilidade de andar ou mover-se, mas também ao acesso a diferentes espaços e à possibilidade de engajamento com a sociedade de forma inclusiva.

A mobilidade urbana, por sua vez, pode ser entendida como a facilidade de deslocamento de indivíduos dentro de um ambiente urbano, que envolve diferentes meios de transporte, infraestrutura de ruas, calçadas, vias públicas e transportes coletivos (OCAMPO et al., 2022). Uma cidade com boa mobilidade urbana proporciona aos seus habitantes um deslocamento fluido, rápido e seguro. Segundo Alsnih e Hensher (2006), a mobilidade urbana está diretamente relacionada à qualidade de vida das pessoas, pois uma cidade bem planejada oferece aos seus moradores condições ideais de

deslocamento, promovendo um trânsito mais eficiente e uma integração adequada entre diferentes áreas e serviços urbanos.

A mobilidade não deve ser vista apenas de uma perspectiva geral, que inclui o fluxo de veículos e o transporte público, mas também deve considerar as necessidades específicas de grupos de pessoas que enfrentam desafios adicionais para se locomover. Um exemplo claro disso são as pessoas com deficiência, que frequentemente enfrentam dificuldades para acessar espaços públicos e privados, devido à falta de infraestrutura adequada. Segundo Musselwhite e Haddad (2010) afirmam que a acessibilidade, definida como o conjunto de condições que permitem a locomoção segura e independente, está profundamente ligada à mobilidade, pois depende de condições estruturais que possibilitem que as pessoas se desloquem com segurança e autonomia.

A acessibilidade é um direito fundamental que garante a liberdade de ir e vir de todas as pessoas, sem restrições impostas pela falta de adaptações ou por preconceitos. Zajac (2016) aponta que a adequação da infraestrutura urbana é essencial para o pleno desenvolvimento e inclusão das pessoas com deficiência. A falta de rampas de acesso, calçadas irregulares ou a inexistência de transporte público acessível, por exemplo, são barreiras físicas que dificultam a mobilidade dessas pessoas, limitando sua capacidade de participar ativamente da sociedade.

Dessa forma, a acessibilidade deve ser pensada como um processo contínuo de adaptação e melhoria da infraestrutura urbana, das normas e das práticas sociais para garantir que todos os cidadãos possam usufruir de um espaço público inclusivo e igualitário. Em relação à mobilidade e acessibilidade, o Plano de Mobilidade Urbana – PlanMob, proposto pela Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana (2015), enfoca a integração desses conceitos para a construção de cidades sustentáveis. O plano defende que a mobilidade e acessibilidade devem ser planejadas de maneira articulada, com o objetivo de criar ambientes urbanos acessíveis, seguros e eficientes, promovendo a inclusão e a participação de todos os cidadãos, independentemente de suas condições físicas ou de mobilidade. Nesse contexto, a mobilidade não deve ser vista apenas como um problema de infraestrutura de transporte, mas como um processo integrado que envolve o planejamento urbano, as políticas públicas, as atitudes da sociedade e as condições de acessibilidade física e social.

O desenvolvimento de cidades mais acessíveis e com melhor mobilidade exige um esforço conjunto de diferentes setores da sociedade, incluindo o poder público, as empresas e a comunidade em geral. As políticas públicas devem garantir que a construção e adaptação dos espaços urbanos sigam princípios de acessibilidade e inclusão, promovendo um ambiente que favoreça a autonomia e a liberdade de todos os indivíduos. A legislação, como o Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a acessibilidade no Brasil, estabelece normas para a construção de espaços acessíveis, mas é necessário

que essas normas sejam efetivamente aplicadas em todas as esferas da sociedade, garantindo que as pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos de forma plena.

Em um cenário ideal, a mobilidade e a acessibilidade não são vistas como questões separadas, mas como componentes essenciais de um processo de inclusão social. A verdadeira acessibilidade envolve a eliminação de barreiras arquitetônicas, mas também de barreiras sociais, psicológicas e culturais. Isso significa criar uma sociedade em que todas as pessoas, independentemente de suas condições, possam se mover livremente e participar ativamente da vida comunitária. As políticas públicas que promovem a acessibilidade devem garantir que os espaços urbanos sejam planejados de maneira a permitir o acesso fácil e seguro a todos, com foco na inclusão e no direito de todos se locomoverem e participarem igualmente.

De acordo com Ocampo *et al.* (2022), a mobilidade e a acessibilidade são questões centrais para garantir a plena participação das pessoas com deficiência (PcDs) na sociedade, principalmente nas grandes cidades, onde a infraestrutura urbana frequentemente não está preparada para atender às necessidades dessa população. Embora a legislação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), tenha avançado significativamente na promoção de direitos de acessibilidade, os desafios continuam sendo um obstáculo para a efetiva inclusão das PcDs. Estes desafios envolvem tanto questões físicas e arquitetônicas quanto sociais, como o desconhecimento da população em geral sobre as exigências legais e as dificuldades cotidianas enfrentadas pelas PcDs.

Na visão de Sze e Christensen (2017) muitos dos desafios encontrados pelas PcDs no dia a dia estão relacionados à falta de infraestrutura acessível, como calçadas estreitas, rampas inadequadas, falta de sinalização adequada e transporte público inacessível. Esse cenário é ainda mais agravado pelo desconhecimento generalizado sobre as condições mínimas de acessibilidade exigidas por lei para estabelecimentos públicos e privados, o que faz com que a sociedade, muitas vezes, não perceba ou ignore as dificuldades enfrentadas por essas pessoas. Abir e Hoque (2011) argumentam que a falta de compreensão sobre a legislação de acessibilidade gera uma visão indiferente da sociedade em relação aos desafios enfrentados pelas PcDs, dificultando ainda mais a busca por soluções efetivas.

Neste contexto, Puime (2013) classifica os espaços urbanos em três tipos distintos, o que ajuda a entender a complexidade da acessibilidade nas cidades. O primeiro tipo são os espaços públicos de livre acesso, como ruas, avenidas e praças, que, embora sejam teoricamente acessíveis a todos, muitas vezes não possuem a infraestrutura necessária para garantir a mobilidade das PcDs. Esses espaços, frequentemente, apresentam obstáculos como buracos nas calçadas, ausência de rampas ou sinalização inadequada, dificultando o deslocamento seguro e autônomo. O segundo tipo de espaço

classificado por Puime (2013), são os espaços públicos com restrição de acesso, como fóruns, hospitais e instituições de ensino públicas. Embora esses espaços sejam de uso público, o acesso é controlado e restrito, o que implica que a mobilidade das PCDs deve ser ainda mais considerada, garantindo que as condições de acesso sejam adequadas para essa população. Já os espaços privados, são de uso exclusivo de determinados indivíduos ou grupos, como residências e lojas comerciais, onde a acessibilidade muitas vezes depende da disposição do proprietário em adaptar o local para as PCDs. Esses espaços representam um grande desafio, pois, além da adaptação necessária, muitas vezes, as políticas de inclusão não são efetivamente aplicadas, tornando esses espaços inacessíveis para muitas PCDs (PUIME, 2013).

Os espaços privados acessíveis ao público, como shoppings e cinemas, são outra categoria relevante. Embora o acesso seja permitido mediante pagamento ou outras condições, esses espaços muitas vezes falham em atender adequadamente às exigências de acessibilidade, como rampas de acesso, banheiros adaptados e sinalização adequada. Essa falta de comprometimento com a acessibilidade limita a participação das PCDs na vida social e econômica, perpetuando a exclusão.

Os problemas de mobilidade urbana são um dos maiores obstáculos enfrentados pelas PCDs nas cidades. Alves e Praia (2009) identificam os congestionamentos, os conflitos entre diferentes modais de transporte e a falta de segurança para pedestres como os principais problemas que afetam a mobilidade urbana. No entanto, os obstáculos são ainda mais graves para as PCDs, que enfrentam dificuldades adicionais, como a inexistência de transporte público acessível e a presença de veículos estacionados de forma irregular em vagas destinadas a pessoas com deficiência. Isso dificulta o deslocamento seguro e autônomo, além de restringir o acesso a serviços essenciais como hospitais, escolas e locais de trabalho.

Conforme Barbosa (2015) a redução das áreas verdes e o aumento das áreas destinadas ao estacionamento de veículos e à ampliação de vias de circulação também têm impactos negativos sobre a mobilidade das PCDs. A destruição de espaços públicos de lazer e a falta de atenção ao planejamento urbano para atender às necessidades de mobilidade das PCDs evidenciam a falta de compromisso da sociedade em garantir a inclusão dessa população. A infraestrutura urbana, muitas vezes, não leva em conta a diversidade de necessidades, o que resulta em um espaço público inadequado para a circulação segura das PCDs.

Em Sze e Christensen (2017) ressaltam que a falta de compreensão das dificuldades enfrentadas pelas PCDs contribui para a manutenção de um ambiente hostil e excluente. A sociedade precisa ser sensibilizada para os direitos das PCDs e para a importância de respeitar as normas de acessibilidade, a fim de criar um ambiente mais inclusivo e solidário. Para que as cidades se tornem

mais acessíveis, é essencial que haja um compromisso coletivo entre o poder público, as empresas e a sociedade civil. O papel do poder público é fundamental, como afirmam Alves e Praia (2009), para promover mudanças significativas na infraestrutura urbana, garantindo que as ruas, avenidas, calçadas e transportes públicos sejam adaptados às necessidades das PcDs. A implementação de políticas públicas eficazes que visem à criação de calçadas adequadas, à instalação de rampas de acesso e à adaptação do transporte público são passos essenciais para garantir a mobilidade das PcDs.

Além disso, a fiscalização das leis de acessibilidade precisa ser fortalecida para garantir que os estabelecimentos cumpram as exigências legais e ofereçam condições adequadas para o acesso das PcDs. A adaptação desses espaços, seja por meio da construção de rampas, da instalação de banheiros adaptados ou da adequação das entradas e saídas, é fundamental para garantir que as PcDs possam participar da vida social e econômica de maneira igualitária.

Portanto, os desafios de mobilidade e acessibilidade para as PcDs são múltiplos e complexos. Sze e Christensen (2017) evidenciam que a falta de infraestrutura adequada e o desconhecimento da população sobre as necessidades das PcDs são as principais barreiras para a inclusão. Para superar esses desafios, é necessário um esforço conjunto entre o poder público, as empresas e a sociedade, visando garantir que as cidades sejam espaços acessíveis, seguros e inclusivos para todos. A mudança de mentalidade e o fortalecimento das políticas públicas de inclusão são fundamentais para garantir que as PcDs possam exercer seu direito à mobilidade e à acessibilidade de forma plena e sem restrições.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das referências teóricas abordadas, é possível perceber que, embora haja avanços significativos nas leis e normativas que garantem os direitos das PcDs, como a Lei Brasileira de Inclusão, ainda há muitos desafios a serem superados, especialmente na implementação eficaz dessas normas e na mudança da percepção social em relação à acessibilidade.

Os problemas identificados, como: a falta de infraestrutura urbana adequada, o desconhecimento sobre as exigências legais de acessibilidade e a inadequação do transporte público, são obstáculos que limitam a mobilidade das PcDs e comprometem sua qualidade de vida. A classificação dos espaços urbanos proposta por Puime (2013), em três categorias — espaços públicos de livre acesso, espaços públicos com restrição de acesso e espaços privados — revela a diversidade de desafios que as PcDs enfrentam, dependendo do tipo de espaço que precisam acessar. A adaptação desses espaços é imprescindível para garantir a mobilidade e a inclusão efetiva.

A pesquisa apresentada, por se tratar de um estudo exclusivamente bibliográfico, possui limitações inerentes à sua metodologia. A ausência de coleta de dados empíricos, como observações de campo, entrevistas ou questionários com pessoas com deficiência (PcDs), profissionais da área ou gestores públicos, restringe a capacidade de capturar a complexidade e a diversidade das experiências reais de acessibilidade. Além disso, a análise baseada apenas em fontes secundárias pode não refletir adequadamente as nuances regionais, culturais e socioeconômicas que influenciam a implementação de políticas de acessibilidade no Brasil.

Em futuros estudos poderiam superar essas limitações por meio de abordagens mistas (qualitativas e quantitativas), incluindo trabalhos de campo que avaliem in loco a acessibilidade em diferentes contextos urbanos e rurais. Pesquisas comparativas entre cidades ou países também seriam valiosas para identificar melhores práticas e desafios comuns. Além disso, sugere-se a investigação de temas emergentes, como o impacto da tecnologia e da inteligência artificial na promoção da acessibilidade, a eficácia de políticas públicas recentes (como a Lei Brasileira de Inclusão) e a percepção de PcDs sobre a usabilidade de espaços supostamente adaptados. Estudos que envolvam a participação ativa de pessoas com deficiência no processo de pesquisa e no desenho de soluções inclusivas também são fortemente recomendados.

É importante destacar que os desafios enfrentados pelas PcDs não são exclusivamente físicos ou arquitetônicos. O desconhecimento generalizado sobre as necessidades específicas dessa população, somado à falta de conscientização e sensibilização da sociedade, contribui para a manutenção de uma visão indiferente e excludente. A educação e a informação sobre a legislação de acessibilidade, assim como o respeito a essa legislação, são fundamentais para promover uma mudança na mentalidade da sociedade, garantindo que as necessidades das PcDs sejam reconhecidas e atendidas.

A superação desses desafios exige um esforço conjunto entre o poder público, o setor privado e a sociedade civil. O poder público tem um papel crucial na elaboração e fiscalização de políticas públicas que promovam a adaptação das infraestruturas urbanas e dos transportes públicos, garantindo a mobilidade segura das PcDs. Por outro lado, as empresas que administram espaços privados acessíveis ao público também devem ser responsabilizadas pela adaptação de seus locais, garantindo que cumpram as normas de acessibilidade e ofereçam um ambiente inclusivo.

## REFERÊNCIAS

- ABIR, A. K. M.; HOQUE, M. Shamsul. A study on mobility problem of disabled people in Dhaka city. In: 4th annual paper meet and 1st civil engineering congress. Dhaka: Bangladesh University of Engineering and Technology. 2011. p. 152-61.
- ALSNIH, Rahaf; HENSHER, David A. The mobility and accessibility expectations of seniors in an aging population. *Transportation research part a: policy and practice*, v. 37, n. 10, p. 903-916, 2003.
- ALVES JR, P. RAIA JR. AA Mobilidade e Acessibilidade Urbanas Sustentáveis: A Gestão da Mobilidade. In: CONGRESSO DE MEIO AMBIENTE DA ASSOCIAÇÃO DE UNIVERSIDADES GRUPO DE MONTEVIDÉU–AUGM. 2009. p. 1-15.
- AMIRALIAN, Maria LT et al. Conceituando deficiência. *Revista de Saúde Pública*, v. 34, p. 97-103, 2000.
- BARBOSA, Adriana Silva. Mobilidade urbana para pessoas com deficiência no Brasil: um estudo em blogs. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 8, p. 142-154, 2015.
- BRASIL. Constituição. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Brasília, 2 nov, 2004.
- BRASIL. Constituição. Decreto Nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009. Brasília, 25 ago. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- BRASIL. LEI No 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000. Conservação. Dá outras providências. Diário da Presidência da República, v. 18, 2000.
- BRAULT, Matthew W. et al. Americans with disabilities: 2010. Washington, DC: US Department of Commerce, Economics and Statistics Administration, US Census Bureau, 2012.
- CARLETTTO, Ana Cláudia; CAMBIAGHI, Silvana. Desenho Universal: um conceito para todos. São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2008.
- DUNN, Dana S.; ANDREWS, Erin E. Choosing words for talking about disability. American Psychological Association, 2015.
- FREGOLENTE, Rosana. Caracterização da acessibilidade em espaços públicos: a ergonomia e o desenho universal contribuindo para a mobilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais: estudo de casos. 2008. xv, 112 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2008.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 2002.
- GRÖNVIK, Lars. Definitions of disability in social sciences: Methodological perspectives. 2007. Tese de Doutorado. Acta Universitatis Upsaliensis.

KÖNIG, Emanuele; BOHN, Patrícia Raquel; DE SOUZA LIBÂNIO, Cláudia. Relações entre design, acessibilidade e inclusão no contexto da saúde. *Human Factors in Design*, v. 11, n. 22, p. 020-043, 2022.

MAIA, Maurício. Novo conceito de pessoa com deficiência e proibição do retrocesso. *Revista da AGU*, Brasília, v. 12, n. 37, p. 289-306, set. 2013.

MAIOR, Izabel Maria Madeira. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. *Inclusão Social*, v. 10, n. 2, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17 (3): 621-626, 2012.

MUSSELWHITE, Charles; HADDAD, Hebba. Mobility, accessibility and quality of later life. *Quality in Ageing and Older Adults*, v. 11, n. 1, p. 25-37, 2010.

OCAMPO, Euler Sánchez et al. Percepção Da Acessibilidade A Espaços Públicos E Privados Da População Com Deficiências: Um Estudo De Caso Na Cidade De Volta Redonda. *Revista Valore*, v. 7, p. 7045, 2022.

OMS. Classificação Internacional da Funcionalidade Incapacidade e Saúde: Atividades e Participação Fatores Ambientais. Organização Mundial de Saúde 1–217, 2008.

PUIME, Emilio. Diferenças entre espaço público, privado e acessível ao público. 2013.

SeMob - Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana. (2015). PlanMob. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSE/planmob.pdf> Acesso em: 11 dez. 2024.

SZE, Nang Ngai; CHRISTENSEN, Keith M. Access to urban transportation system for individuals with disabilities. *IATSS research*, v. 41, n. 2, p. 66-73, 2017.

WHO. Entendendo a Deficiência. In: WHO. World report on disability 2011. São Paulo: Sedpcd, 2011. Cap. 1. p. 1-18.

ZAJĄC, Adam Piotr. City accessible for everyone—improving accessibility of public transport using the universal design concept. *Transportation Research Procedia*, v. 14, p. 1270-1276, 2016.